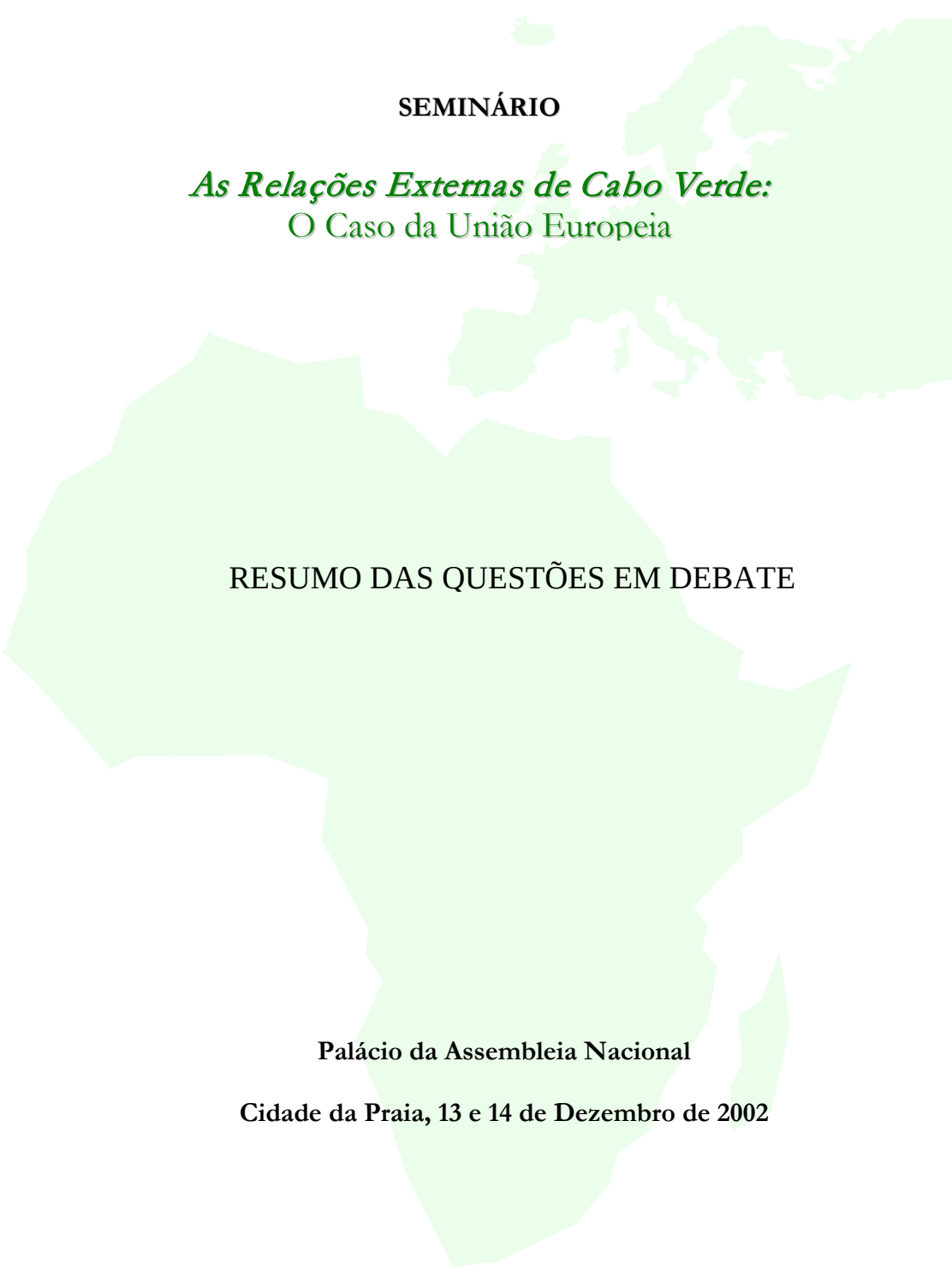




SEMINÁRIO

As Relações Externas de Cabo Verde:
O Caso da União Europeia

RESUMO DAS QUESTÕES EM DEBATE

Palácio da Assembleia Nacional

Cidade da Praia, 13 e 14 de Dezembro de 2002

ÍNDICE

	<i>PÁGS.</i>
1. Factos Básicos da Economia e da Política de Desenvolvimento de Cabo Verde	4
2. O Debate Sobre a Política Externa, a Reforma e o Alargamento da União Europeia: Que Impacto sobre Cabo Verde?	12
3. A Cooperação UE-Cabo Verde	17
3.1 Evolução Histórica: de Lomé a Cotonou	17
3.2 As Relações Comerciais	19
3.3 As Relações Bilaterais com Estados Membros da UE	21
4. A Inserção da Diáspora Caboverdiana no Espaço Europeu: Implicações nas Relações UE-Cabo Verde	24
5. As iniciativas de integração ao nível continental e regional: A União Africana, a NEPAD e a CEDEAO	28
 ANEXOS:	
Programa da Conferência	31
Intervenções disponíveis	33
Links úteis	34

INTRODUÇÃO

O Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI), o European Centre for Development Policy Management (ECDPM) e o Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) têm vindo a desenvolver desde 1998 uma cooperação estreita que se tem materializado numa diversidade de acções e projectos de investigação conjuntos relativos à cooperação entre a União Europeia e os Estados ACP.

No âmbito desta cooperação, realizou-se na Cidade da Praia, nos dias 13 e 14 de Dezembro de 2002, um seminário com o objectivo central de debater as questões relativas ao relacionamento externo de Cabo Verde, em particular com a União Europeia, ao nível multilateral e bilateral. O presente documento apresenta um resumo das temáticas abordadas no decurso do seminário.

O seminário permitiu clarificar posições e reforçar o conhecimento mútuo relativamente às questões relacionadas com a política de cooperação da UE em geral. As questões a debate foram variadas. No âmbito das relações com a União Europeia, destacam-se a importância que a cooperação entre as duas partes tem tido no desenvolvimento de Cabo Verde ou ainda as oportunidades decorrentes da reformulação das relações comerciais que deverão possibilitar o aprofundamento dessa cooperação. Relativamente às relações externas de Cabo Verde em geral, as novas iniciativas de integração e relançamento económico no continente africano, bem como a inserção de Cabo Verde na sub-região da África Ocidental constituíram igualmente temas relevantes para debate.

1- Factos Básicos da Economia e da Política de Desenvolvimento de Cabo Verde

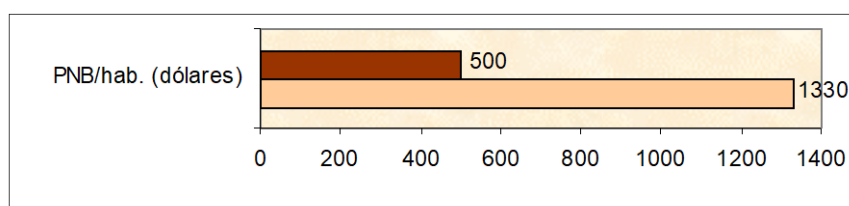
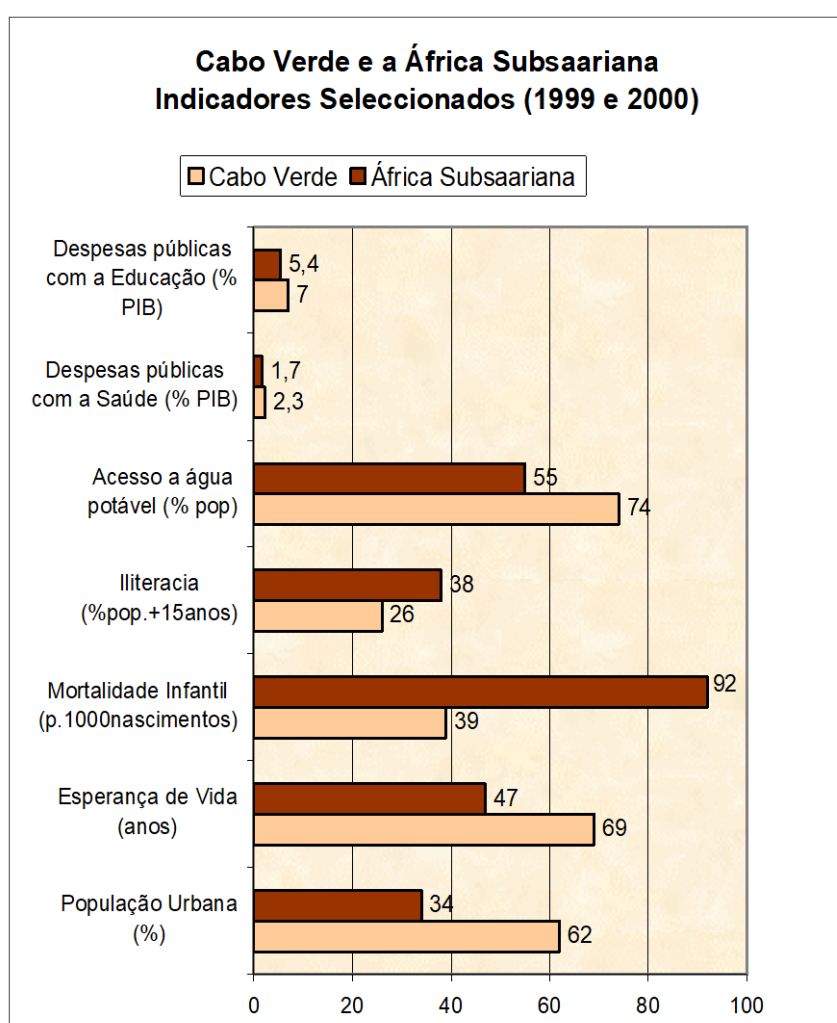
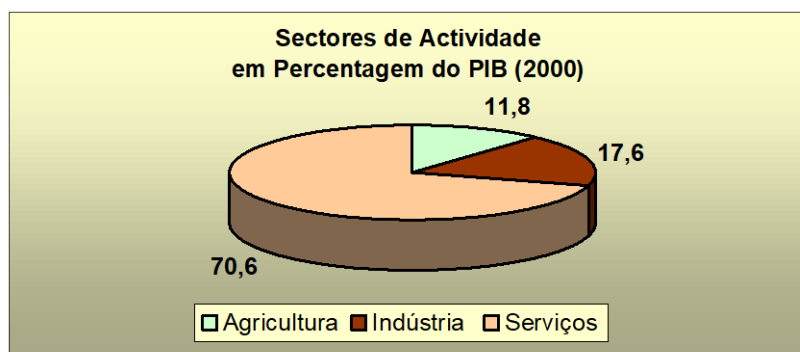
Indicadores Básicos de Cabo Verde			
	1996	1999	2000
População			
População Total	392.500	427.800	441.000
Crescimento annual da População (%)	2.7	3.0	3.0
Taxa nacional de pobreza (% da população)	..	..	30
Esperança de Vida (anos)	..	..	68.8
Taxa de Fertilidade (n.º de nascimentos/mulher)	4.0	..	3.7
Taxa de Mortalidade Infantil (por 1000 nascimentos)	..	..	37.2
População Urbana (% do total)	55.8	60.6	62.2
Taxa de Iliteracia masculina (% homens c/+ 15 anos)	18.8	16.8	15.5
Taxa de Iliteracia Feminina (% mulheres c/+ 15 anos)	38.1	35.1	34.3
Ambiente			
Área (km2)	4,030.0	4,030.0	4,030.0
Área Florestal (km2)	..	..	850.0
Desflorestação Annual (% Variação)	..	..	-9.3
Água potável per capita (metros cúbicos)	..	..	680.3
População com acesso a água potável (%)	..	..	74.0
Economia			
Produto Interno Bruto - PIB (Milhões de dólares)	502.2	588.0	558.2
Crescimento anual do PIB (%)	4.0	8.6	6.8
Inflação (%)	5.8	5.0	0.3
Agricultura (% PIB)	13.5	11.8	11.8
Indústria (% PIB)	19.3	18.4	17.6
Serviços (% PIB)	67.2	69.8	70.6
Exportação de Bens e Serviços (% PIB)	22.2	19.3	23.4
Importações de Bens e Serviços (% PIB)	54.4	57.8	61.7
Tecnologia e Infraestruturas			
Linhas telefónicas fixas e móveis (p 1000hab.)	63.6	128.2	171.6
Utilizadores da Internet	..	5,000.0	8,000.0
Estradas Pavimentadas (% do total)	78.0	78.0	..
Partidas de Aviões	7,400.0	12,100.0	13,000.0
Comércio e Finanças			
Comércio de Bens (% PIB)	49.2	49.5	59.7
Investimento Directo Estrangeiro (milhões de dólares)	28.5	15.0	10.0
Valor Actual da Dívida (milhões de dólares)	..	..	174.7
Serviço Total da Dívida (% das exportações)	3.8	10.0	7.5
(milhões de dólares)	6.1	19.4	12.6
Ajuda Internacional per capita	297.4	319.4	213.3
Ajuda Internacional - milhões de dólares			94.1
Ajuda Internacional - %PIB			16.9

Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators 2002

Cabo Verde possui, em termos gerais, uma economia débil, com uma base produtiva fraca, situando-se num contexto ambiental frágil, no qual o equilíbrio população/recursos é motivo de preocupação. O país tem, desde logo, constrangimentos evidentes ao seu desenvolvimento. A localização geográfica desfavorável (Sahel) que contribui para um déficit alimentar estrutural, representa uma limitação importante. A escassez de solos aráveis determina que a produção agrícola cubra apenas 10% a 15% das necessidades alimentares, sendo a seca, pela sua regularidade e persistência, um dado estrutural da caracterização do país. A localização económica à margem das principais rotas do comércio internacional, as dimensões reduzidas das ilhas e os altos custos da insularidade, a falta de recursos naturais exploráveis, ou a excessiva dependência de recursos externos voláteis, são outros dos factores que limitam em muito as possibilidades tradicionais de desenvolvimento.

No entanto, a economia do país tem experimentado um crescimento significativo desde a independência, sendo considerada um exemplo de gestão dos recursos da ajuda internacional. A isto não é alheio o facto de Cabo Verde ter uma forte orientação para o exterior, que em termos económicos permite atenuar o problema da reduzida dimensão da economia nacional.

Para além disso, o facto de o sector dos serviços se ter vindo a revelar nos últimos anos o mais dinâmico, representando actualmente cerca de 70% do PIB, constitui uma potencialidade importante para ultrapassar os constrangimentos estruturais do país. A isto acrescem esforços para que esta economia de serviços seja sustentada por recursos humanos qualificados e por um quadro macro-económico estável que garanta a credibilidade externa da economia, atraindo o máximo possível de investimento estrangeiro. Entre outras vantagens comparativas, Cabo Verde apresenta um elevado grau de formação e escolaridade da sua população activa, quando comparados com os dos outros países africanos e imagem de grande credibilidade junto das instituições internacionais de ajuda ao desenvolvimento.



Desde 1991, uma série de reformas económicas têm sido implementadas objectivando a criação de um quadro legal e institucional característico de uma economia de base privada, regulada pelos mecanismos de mercado. Estas reformas têm sido orientadas no sentido de afastar o Estado das actividades produtivas e de introduzir mecanismos de controlo indirecto da economia. Segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento, o Estado continua, porém, a reservar-se o papel de promotor das políticas nacionais, pretendendo promover uma articulação adequada e consistente entre as políticas macro-económicas, as políticas de investimento; as políticas demográfica e social; e as políticas de desenvolvimento dos recursos humanos. Considerando o povo cabo-verdiano como o principal recurso do país, este último ponto assume uma importância central, sempre com o objectivo final de luta contra a pobreza. Daí que se prossigam políticas para apropriação e complemento aos efeitos do crescimento económico, só por si insuficiente para a existência de efeitos práticos ao nível da melhoria das condições de vida da população.

Ao nível da organização do Estado, a descentralização é um dos aspectos considerados prioritários, sendo a regionalização actualmente objecto de intenso debate na sociedade caboverdiana. Para os defensores da divisão territorial do arquipélago em regiões, o processo constitui um passo em frente na construção da democracia, significando a aproximação do cidadão, do poder de decisão, de gestão e de controlo da coisa pública. Este argumento tem por base o pressuposto de que, sendo cabo verde um arquipélago, a regionalização poder-se-á tornar ainda mais mobilizadora e colocar-se, com outros instrumentos, no centro da mobilização da energia colectiva indispensável ao arranque para o desenvolvimento. Existem actualmente diversas propostas de divisão regional.

Em 2000, Cabo Verde era classificado pelo Banco Mundial como um país de “rendimento médio-baixo”, ao lado da Guiné Equatorial, da Namíbia e da Suazilândia.¹ Apesar disso, Cabo Verde é simultaneamente considerado um País

¹Na África Subsaariana, só o Gabão, o Botswana, as Maurícias, as Seychelles e a África do Sul são considerados “países de rendimento médio-alto”. Trinta e oito países estão ainda na categoria de países

Menos Avançado (PMA), à semelhança de outros 48 países que apresentam uma combinação de indicadores ainda bastante desfavorável.

Produto Real Total (%)					
	1980-90	1990-99	1997	1998	1999
Cabo Verde	5,4	5,4	5,2	5,0	6,0
PMA	2,3	3,6	5,0	4,4	4,3
Países em Desenvolvimento	4,0	4,7	5,3	1,3	3,7
Economias Desenvolvidas	3,2	2,3	2,8	2,1	2,6
Produto Real Per Capita (%)					
	1980-90	1990-99	1997	1998	1999
Cabo Verde	3,6	3,0	2,8	2,6	3,5
PMA	-0,2	1,1	2,6	2,0	1,9
Países em Desenvolvimento	1,9	3,0	3,6	-0,2	2,1
Economias Desenvolvidas	2,5	1,6	2,3	1,5	2,1

Com efeito, o forte crescimento da economia não se tem traduzido ainda numa redução proporcional da pobreza, uma vez que este é essencialmente impulsionado pelo exterior e não por poupanças internas ou por um aumento significativo da produtividade e pela geração de emprego.

Com vista a ultrapassar estes constrangimentos, o Governo cabo-verdiano definiu seis eixos programáticos fundamentais para a sua acção no período 2001-2005: (i) a manutenção dos equilíbrios macro-económicos, (ii) a melhoria da competitividade das empresas; (iii) a melhoria dos indicadores sócio-económicos através do aumento da oferta de empregos, da valorização dos recursos humanos e da melhoria da saúde, (iv) a preservação do meio-ambiente, (v) o reforço das infraestruturas e (vi) a promoção do turismo.

Nada disto seria possível, porém, sem os recursos externos. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)², as transferências dos emigrantes e o investimento externo representam aproximadamente 90% do orçamento de investimentos. Mais uma vez, o programa Nacional de Acção (2001-2010) está em consonância com esta realidade, estabelecendo linhas de força fortemente orientadas para a promoção da iniciativa e

com “rendimento baixo” e nenhum país preenche os requisitos para ser considerado de “rendimento alto”.

² Cabo Verde sobressai como o terceiro país africano com maior percentagem de APD relativamente ao Produto Interno Bruto (cerca de ¼) e como o primeiro quando considerada a APD per capita.

do investimento privado e para a integração da economia cabo-verdiana no sistema mundial. Isto é preconizado nomeadamente através da reforma da capacidade institucional do Estado, da aceleração do crescimento da indústria voltada para a exportação, da promoção da “nova economia” e da modernização das tecnologias da comunicação, e do desenvolvimento de serviços e transportes que assegurem uma integração do mercado interno e ligação ao exterior.

Relativamente à ajuda externa, o Governo cabo-verdiano considera-a essencial para a implementação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, mas pretende simultaneamente uma redução da dependência externa a longo prazo, pelo que atribui cada vez maior importância à qualidade dessa ajuda e à sua adequação aos objectivos e orientações do Programa Nacional de Acção. Neste sentido, Cabo Verde atribui uma grande importância ao carácter previsível, programável e flexível da Ajuda, a fim de permitir uma melhor integração da Ajuda nos processos de planificação do desenvolvimento nacional e a sua inserção nos Programas de Investimentos Públicos (PIP); a optimização do binómio eficiência / eficácia da Ajuda; e uma constante adequação à evolução das necessidades do país.

A perspectiva da possibilidade de vir a perder o estatuto de País Menos Avançado (PMA) significará a médio-prazo uma inevitável redução dos montantes da ajuda internacional. Isto representa, segundo opinião de muitos, uma contradição com as actuais estratégias e políticas de desenvolvimento prosseguidas pelas agências internacionais em geral e pela UE em particular, nas quais se pretende teoricamente premiar os países beneficiários que apresentam um melhor desempenho relativamente à absorção e gestão da ajuda concedida (como é o caso de Cabo Verde).

Em matéria de cooperação internacional, o Programa de Governo define como objectivos (i) o reforço das relações de cooperação e de parcerias tradicionais e estratégicas, bem como a mobilização de novos parceiros; (ii) a procura de modalidades e formas inovadoras de parceria nos domínios de interesse nacional; (iii) a maximização de sinergias entre a APD e o investimento privado; (iv) o reforço da cooperação descentralizada; (v) a promoção da cooperação económica e empresarial, sobretudo através do incentivo ao investimento directo.

A orientação da política externa cabo-verdiana, tem em consideração os seguintes aspectos:

- o imperativo da inserção dinâmica de Cabo Verde na economia mundial, sem perder de vista os objectivos de desenvolvimento sustentável;
- a situação de País Menos Avançado (PMA) e de Pequeno Estado Insular ;
- os constrangimentos ligados à seca e à desertificação;
- a inserção do país numa sub-região caracterizada actualmente pela instabilidade política e pelos conflitos locais;
- a existência de uma expressiva comunidade emigrada.

Assim, o contexto internacional desfavorável aos países africanos e aos pequenos Estados em geral, combinado com a grande dependência em relação aos fluxos de recursos externos, tornam a política externa um elemento estratégico e central para o sucesso de todas as outras políticas.

Segundo o Governo cabo-verdiano, as relações bilaterais com os países africanos, em particular com o Senegal e Guiné-Bissau, com Angola (que possui a maior comunidade cabo-verdiana em África) e com os países africanos lusófonos em geral, constitui uma das prioridades da política externa. Ao nível multilateral, a integração regional da sub-região da África Ocidental é considerada a primeira prioridade.

A outra prioridade é o relacionamento com a União Europeia e os países europeus, quer por afinidades históricas e culturais (caso de Portugal), quer pela existência de uma expressiva comunidade cabo-verdiana (Luxemburgo, Holanda, Espanha), quer pelo interesse que certos países demonstram no desenvolvimento das ilhas (Suécia, Áustria, Islândia). Esta constatação tem-se materializado numa política de diversificação e expansão das representações diplomáticas cabo-verdianas em países europeus tradicionalmente não tão ligados a Cabo Verde. Em geral, o diálogo euro-africano é considerado algo de fundamentalmente estratégico para o desenvolvimento de Cabo Verde.

A terceira prioridade situa-se no continente americano, em especial os EUA, onde vive a maior comunidade cabo-verdiana no exterior, mas também o Canadá (pelo potencial de ajuda ao desenvolvimento e investimento externo que representa), Cuba (cujas relações de amizade e cooperação têm já uma tradição forte) e o Brasil (onde existe uma combinação de laços historico-culturais e possibilidades de cooperação económica importantes).

As prioridades da política externa reflectem, em certa medida, aquilo que podemos designar de “identidade caboverdiana”, caracterizada por uma múltipla pertença, entre uma dimensão mais europeia e uma dimensão mais atlântica, que em si mesmo podem representar um dilema mas não são necessariamente contraditórias. É exactamente na sua posição geográfica e no facto de ser uma plataforma de confluência de várias regiões e prioridades que reside uma das mais-valias de Cabo Verde relativamente a outros países africanos e/ou insulares.

2- O Debate Sobre a Política Externa, a Reforma e o Alargamento da União Europeia: Que Impacto sobre Cabo Verde?

O relacionamento euro-africano encontra-se actualmente numa fase de redefinição. Por um lado, o agravamento dos problemas complexos e diversificados com que se debate a generalidade dos países africanos, nomeadamente pelo falhanço das estratégias de desenvolvimento, pela proliferação de conflitos violentos e de crises humanitárias, originam um agravamento da Pobreza e das desigualdades sociais a níveis insustentáveis, suscitando uma necessidade de intervenção urgente por parte da comunidade internacional. Por outro lado, a constatação da insuficiência dos resultados de várias décadas de cooperação internacional apela para uma mudança de abordagem, em relação à qual a Europa, enquanto maior doador mundial, poderia assumir a liderança. Isso depende em parte da evolução de todo o processo de integração europeia em termos políticos, mas também da forma como evoluir o relacionamento com África nas suas mais variadas vertentes

Este tema tem como pano de fundo o actual momento de especial dilema na construção europeia, com debates e mudanças importantes que importa salientar.

Em *primeiro lugar*, a **Convenção sobre o Futuro da Europa**³, de cujo debate sairá brevemente o modelo futuro do projecto europeu. Este debate tem por base, entre outras vertentes, a vontade de melhorar a acção da UE no campo das relações exteriores, prevendo-se uma reforma do processo de tomada de decisões nesta matéria e também uma redefinição da partilha de responsabilidades entre os Estados Membros e as instituições comunitárias, nomeadamente a Comissão Europeia.

Em *segundo lugar*, o **alargamento da União Europeia** a dez novos Estados já em 2004⁴, com a perspectiva de adesão de outros a médio-prazo.

³ www.european-convention.eu.int/

Neste âmbito, a questão da adesão da **Turquia** no espaço europeu ganha especial relevância, estando esta já acordada mediante o preenchimento de certas condições, como a consolidação da democracia. Ora isto confronta a UE com um dilema totalmente novo, dado as características geográficas, culturais, religiosas e outras específicas deste país. Se por um lado optar pela não-adesão seria trair os próprios princípios da União – da Europa aberta, da diversidade e dos valores -, por outro lado, a adesão cria uma Europa com fronteiras indefinidas, uma opção pela expansão sem contornos solidamente delimitados. Para muitos, a forma de travar o alastramento da União em todas as direcções é definir a sua identidade por referência a uma identidade cultural, própria de um espaço geográfico e fruto de uma determinada experiência histórica. No entanto, optar por uma definição de Europa assente na herança religiosa, cultural e histórica significa rejeitar a definição de um espaço plural com que os cidadãos “europeus” – na enorme diversidade de afinidades culturais, étnicas, religiosas e outras que os caracterizam – se podem identificar. É um facto que a UE, pelo magnetismo que exerce o seu sucesso, o seu modelo de democracia e coesão social, será continuamente objecto de tentativas de adesão.

Neste sentido, não podemos esquecer que o objectivo central da construção europeia é o alastrar da área da paz e da democracia pela integração (e não pela exclusão). Sendo um objectivo que pode ter como consequência, em último caso, o enfraquecimento e a ruptura, o dilema não se resolve porém fixando *à priori* as fronteiras da União e fechando-a ao exterior, mas sim pela subsidiariedade, ou seja, pelo reforço das instituições e meios da União e pela real descentralização das competências que são mais geridas pelos Estados. Dando mais poder ao centro, reformando o processo de decisão e fomentando uma cooperação reforçada no domínio da política externa e da defesa, a expansão poderá ter efeitos positivos, tornando a UE num espaço democrático que se constitua como pólo agregador de uma nova ordem mundial. Isto não significa um alargamento indefinido, uma vez que continua a ser fundamental reforçar o grau de exigência democrática e definir com realismo se cada país candidato é vantajoso para o equilíbrio interno e viabilidade do projecto próprio de integração europeia.

⁴ Os Estados que entrarão para a UE em 2004 são: Chipre, Malta, Polónia, República Checa, Hungria,

O alargamento levanta também a questão do **equilíbrio Leste-Sul**, derivada da entrada de novos Estados membros sem uma tradição de ajuda ao desenvolvimento⁵ ou relações culturais e históricas especiais com o continente africano e que terão voz activa na política de desenvolvimento da UE, fazendo parte dum espaço europeu que actualmente financia mais de metade do esforço internacional de ajuda ao desenvolvimento.

Por um lado, e apesar deste países terem de aceitar a política já estabelecida que constitui “*acquis comunitário*”, está ainda por definir que influência terão estes Estados na definição da política exterior da UE. Por outro lado, eles próprios necessitarão de fundos adicionais para o reforço das suas capacidades, existindo o risco de desvio de recursos para esses países. No entanto, as adesões anteriores, nomeadamente de Portugal e Espanha em 1986, demonstram que a entrada de países com um grau de desenvolvimento inferior à média comunitária não vieram afectar os montantes consagrados pela UE para a sua política de desenvolvimento com os países em desenvolvimento. Da mesma forma, os receios relativamente ao impacto da adesão da Grécia ou da Irlanda nesta vertente das relações externas da UE, essencialmente devido ao facto de nunca terem possuído colónias, revelaram-se infundados.

Em todo o caso, a existência de novos membros do leste europeu ressalta a necessidade de repensar as relações com aqueles que no Sul, não sendo membros de pleno direito, têm relações especiais com o espaço europeu e por isso necessitarão de quadros legais que consagrem e regulem essas relações.

O interesse de Cabo Verde em obter um “estatuto especial” junto da UE, de modo a ter acesso a alguns fundos estruturais tal como acontece com os arquipélagos portugueses da Madeira e Açores e as espanholas Canárias, é algo que não conta actualmente com grande abertura por parte das instituições europeias, embora

Estónia, Eslováquia, Eslovénia, Letónia, Lituânia.

existiam ainda diversas possibilidades de cooperação a explorar no futuro. Um exemplo são os acordos de associação que existem já com diversos países do Magreb. Aqui, os Estados do Sul que demonstrarem uma maior identificação com os valores democráticos terão certamente uma mais valia relativamente aos restantes.

Este é, aliás, o caso de Cabo Verde, que contrariamente à maioria dos países africanos, apresenta uma situação política estável, materializada na defesa efectiva de valores como os Direitos Humanos e do Estado de Direito e num processo democrático já significativamente consolidado. Este facto é facilmente ilustrado pela maturidade política com que foi encarada a alternância democrática decorrente dos resultados finais das últimas eleições presidenciais, em que os dois principais candidatos ficaram separados por escasso número de votos, tendo sido a vitória decidida, em última análise, pelos votos da comunidade emigrante residente nas Américas.

Em *terceiro lugar*, as **questões do desenvolvimento** e as alterações que se perspectivam nessa política ao nível europeu terão influência no relacionamento da União Europeia com os Estados ACP, nos quais Cabo Verde se insere.

Relativamente ao financiamento da política de desenvolvimento, destaca-se (i) a revisão a meio-curso do orçamento do Fundo Europeu para o Desenvolvimento (FED) em 2004, com a possibilidade de realocações consoante o desempenho dos países beneficiários; (ii) as negociações em 2005 para o próximo quadro plurianual do orçamento da UE, em que está na mesa a possibilidade de aumentar as dotações para acções externas; (iii) e ainda as negociações para o décimo FED em 2006, que terão lugar num clima político ainda incerto. Preservar o lugar do desenvolvimento e dos seus níveis de financiamento numa acção externa europeia mais forte e com outras prioridades é, portanto, um desafio importante para as relações euro-africanas em geral e particularmente para países como Cabo Verde, em que a ajuda externa desempenha um papel fundamental na economia e no processo de desenvolvimento.

⁵ Relativamente à fatia do PNB que os dez futuros membros da UE dedicam à Ajuda Pública ao Desenvolvimento, a Estónia ocupa o primeiro lugar, com apenas 0,1%, quando a média comunitária é de 0,33%.

Ao nível comercial, vários aspectos são fundamentais para a evolução das relações entre os países africanos e a UE, nomeadamente as negociações para a realização de Acordos de Parceria Económica (APE) tal como previsto no Acordo de Cotonou⁶, a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) da UE que suscita desde há muito polémica devido ao proteccionismo dos produtos europeus face a produtos agrícolas dos países em desenvolvimento, e ainda a nova ronda de negociações para a OMC, que terá repercussões importantes ao nível do comércio mundial.

Tudo isto se conjuga com **mudanças importantes quer em África** - com um enfoque reforçado na resolução de conflitos e o surgimento de iniciativas continentais como a UA ou a NEPAD cujo principal desafio é estabelecerem uma nova credibilidade política e operacional -, **quer no sistema internacional** que, após os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, espelha uma política externa norte-americana centrada na luta contra o terrorismo. Isto envolve certamente aspectos negativos, relacionados com a cultura de uma “segurança total” como valor primordial e separado do conceito de “justiça”, mas encerra também potencialidades para os países do Sul, que poderão ser considerados mais relevantes nesse quadro de luta contra o terrorismo.

Em conclusão, o processo de alargamento da União Europeia pode igualmente ser positivo para Cabo Verde, uma vez que uma Europa mais forte e mais plural corresponde a uma Europa que melhor compreende o que Cabo Verde pode esperar das relações com esse espaço. Depende em primeiro lugar do próprio país, da sua política externa e da sua capacidade de gestão e absorção da ajuda, conseguir ou não obter mais recursos e mobilizar os países europeus para um relacionamento especial com a UE.

⁶ Acordo de Cotonou: http://www.europa.eu.int/comm/development/cotonou/agreement_pt.htm

3- A Cooperação UE-Cabo Verde

3.1. Evolução Histórica: de Lomé a Cotonou

Dois anos após a independência, Cabo Verde aderiu em 1977 à Convenção de Lomé I (1975), beneficiando de 4 milhões de ECU (MECU) do 4º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). A partir da Convenção de Lomé II (1980) a ajuda comunitária (37,5 MECU do 5º FED e recursos adicionais da CE) concentrou-se no sector das infra-estruturas, mais particularmente na adução e distribuição de água, no saneamento e na electrificação da cidade da Praia. Além deste sector, Cabo Verde pôde beneficiar da Convenção de Lomé III e IV para empreender operações de viabilização de bairros novos e antigos da capital Praia, acções no sector da educação e importantes intervenções no domínio das infra-estruturas rodoviárias, de água, saneamento e electrificação, com uma concentração das actividades nas ilhas de Santiago, Santo Antão, Maio e São Nicolau.

É com Lomé III que surgem os primeiros programas regionais (PIR), particularmente no quadro do CILSS (PRS, PRG, PFIE, PRECONS, DIAPER) e com Lomé IV o programa PALOP que abrange os países lusófonos da África.

Desde 1990, Cabo Verde beneficiou de fundos Stabex num total de 1 milhão de euros, essencialmente para o sector das bananas. Devido à escassez de terra arável e ao défice na produção de cereais, o país beneficia igualmente de um programa de ajuda alimentar tri-anual e de um sistema de assistência especial para o aumento da produtividade e da qualidade no sector de exportação da banana.

O Programa Indicativo Nacional (PIN) do 8º FED (Convenção de Lomé IV bis - 1995) foi assinado em Novembro 1996 com um envelope de 30 milhões de Euros para o sector das infra-estruturas (sector de concentração), para além de um programa de micro-realizações contemplando todas as ilhas, bem como apoios institucionais (actualmente operacionais). O apoio ao sector privado no contexto da inserção de

Cabo Verde na economia mundial foi posteriormente anulado em favor do sector de concentração. Fora do PIN, Cabo Verde beneficiou de um programa de ajustamento estrutural de 12,1 milhões de euros, de capitais de risco geridos pelo BEI (Banco Europeu de Investimento) e – fora do FED – de um programa de segurança alimentar (B7-20 - desembolso da terceira e última tranche em Fevereiro 2002).

Outras intervenções da cooperação UE-Cabo Verde financiadas directamente pelo orçamento da Comissão Europeia são os projectos realizados em co-financiamento com ONGs (linha de financiamento B7-6000), o programa de meio ambiente para países em desenvolvimento (B7-6200) e o Acordo de Pesca (Protocolos de 1990, 1994, 1997 e 2001).

Este último destina-se a conceder financiamentos compensatórios, a melhorar a produtividade e a encorajar a investigação científica neste sector. O IV Protocolo, vigente até 2004, contempla 2,04 milhões de euros para as actividades descritas. No entanto, a exportação de pescado para a UE tem enfrentado diversos obstáculos, tendo mesmo estado suspensa de 1999 a 2002 por dificuldades no cumprimento de algumas normas estabelecidas, nomeadamente ao nível sanitário e de capacidade técnica.

A revisão a meio percurso do PIN 8º FED teve lugar em Outubro de 1999 e resultou para Cabo Verde na afectação da segunda tranche prevista no PIN. A boa capacidade de absorção dos fundos, bem como a implementação das políticas sectoriais e macro-económicas engajadas pelo Governo e apoiadas pela Comissão Europeia, foram julgadas satisfatórias. Além disso, o bom desempenho do país, segundo estes mesmos critérios, permitiu à Comissão aplicar antecipadamente os princípios de Cotonou e disponibilizar um bónus no valor de 3 milhões de euros no âmbito do PIN 8º FED.

Para a cooperação no âmbito do Acordo de Cotonou, foi elaborado durante o ano de 2001 o **Documento de Estratégia da Cooperação (DEC) para o período 2002-2007**⁷, incluindo o PIN 9º FED, que prevê a concentração da ajuda comunitária no sector de água e saneamento, com um montante de 25 milhões de euros. A escolha

deste sector de concentração justifica-se pelo facto de constituir uma prioridade essencial na estratégia de luta contra a pobreza adoptada pelo governo caboverdiano, devido a uma ligação evidente entre a escassez de água e a inexistência de uma infraestrutura sanitária mínima, por um lado, e a persistência de níveis significativos de pobreza, por outro. A estratégia da UE confere também especial enfoque à necessidade de envolver a sociedade civil e o sector privado nos processo de desenvolvimento e cooperação, tal como previsto no Acordo de Cotonou.

3.2. As Relações Comerciais

Os próximos cinco anos assistirão a diversos debates internacionais sobre as regras do comércio global. Para os Estados ACP, as negociações com a União Europeia para a formação dos chamados **Acordos de Parceria Económica (APE)** começaram em Setembro de 2002, prevendo-se a sua conclusão para Dezembro de 2007. Este é um processo complexo e que pode ter reflexos divisores no grupo ACP, uma vez que os países que o compõem tem interesses consideravelmente diversos nesta matéria.

O Acordos de Parceria Económica representam um culminar do processo de erosão do regime comercial preferencial e não-recíproco existente durante décadas no quadro dos Acordos de Lomé, cujos resultados não foram considerados positivos, na medida em que os ACP continuaram a ter uma parcela de mercado muito reduzida na UE e economias assentes numa baixa diversificação das exportações. Para além disso, a necessidade de compatibilidade com as novas regras da OMC conduziu à procura de um novo regime comercial, o qual foi estabelecido no novo Acordo de Parceria UE-ACP.

Este novo regime tem como objectivos centrais a promoção da integração regional, a integração gradual dos ACP na economia mundial e, em suma, a desenvolvimento sustentável e redução da pobreza nesses países. O novo sistema prevê o fim do regime preferencial para os não-PMA a partir de 2008; a negociação de Acordos de Parceria Económica ou de outros definidos conjuntamente; e ainda para os PMA a

⁷ COMISSÃO EUROPEIA (2001): *Documento de Estratégia de Cooperação, Período 2002-2007*.

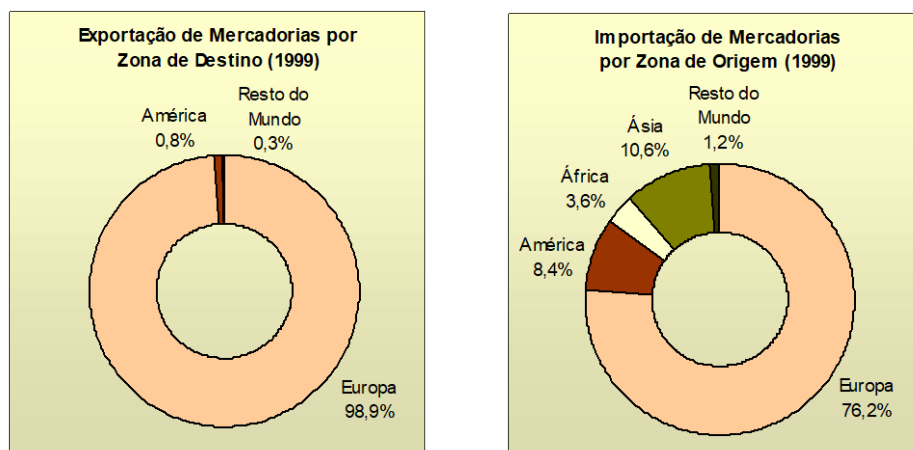
possibilidade de manutenção das preferências comerciais, estabelecendo um regime de acesso melhorado ao mercado da UE – o chamado *Lomé plus*, vigente para todos os produtos excepto armamento (“*tout sauf les armes*”).

No entanto, o estabelecimento de APE tem gerado opiniões divergentes. Por um lado, são susceptíveis de criar mercados mais alargados (regionais) e atrair investimento directo estrangeiro. Por outro lado, podem englobar elementos negativos ou menos favoráveis para os países africanos, quer porque suscitam problemas de capacidade a todos os níveis (de negociação, de coordenação, de produção, de gestão, etc), quer porque prejudicam em muito o nível de receitas aduaneiras que constituem para muitos países africanos uma parte importante da economia; quer ainda porque originam uma aumento da complexidade em termos de integração regional destes países, introduzindo novos factores de diferenciação (por exemplo, os PMA e os não-PMA). Assim, um país que seja considerado PMA poderá ter um regime diferente de todos os países da sua região que possuirão, nesse caso, uma APE com a UE.

Esta é, na realidade, a posição de Cabo Verde, que poderá até Setembro de 2003 (altura em que se iniciam as negociações regionais) **optar por uma de três hipóteses:**

- juntar-se aos países da África Ocidental na negociação de um Acordo regional entre a CEDEAO e a União Europeia,
- negociar um Acordo de comércio livre ao nível bilateral com a União Europeia,
- decidir aproveitar a sua posição de PMA, mantendo nesse caso um regime preferencial.

O debate em Cabo Verde sobre esta questão está ainda numa fase inicial, não existindo uma decisão final sobre a matéria. Qualquer decisão terá que ter em linha de conta o peso que a UE representa, quer como destino das exportações caboverdianas, quer como zona de proveniência da maioria dos produtos importados, conforme se pode verificar pelos gráficos apresentados em seguida).



3.3 As Relações Bilaterais com Estados Membros da União Europeia

Cabo Verde possui relações privilegiadas com diversos Estados Membros da União Europeia, quer devido a factores histórico-culturais, quer a uma presença caboverdiana significativa em alguns destes países. É o caso de Luxemburgo, que considera Cabo Verde a principal prioridade de concentração da ajuda ao desenvolvimento, ou da Áustria, que o coloca também no leque de países prioritários.

Em termos de ajuda ao desenvolvimento, os sectores de intervenção dos Estados-Membros são, resumidamente, os seguintes:

- Alemanha : sector dos recursos hídricos e da energia, bem como sector do ensino básico e da formação profissional;
- Áustria: apoio aos municípios no âmbito do processo de descentralização, educação e formação, bem como ajuda às micro e pequenas empresas, designadamente em meio rural;
- Bélgica: ajuda alimentar;
- França: assistência técnica (descentralização, alfândegas, estatísticas), ajuda alimentar, bolsas de estudo, domínio da cultura (ensino e difusão da língua francesa), microprojectos de desenvolvimento com uma dominante social e infra-estruturas sob a forma de ajuda alimentar;

Luxemburgo:	infra-estruturas de base (água, saneamento, electrificação rural), desenvolvimento social (saúde, educação, ensino técnico);
Portugal:	apoio institucional, valorização dos recursos humanos, cooperação económica e financeira, nomeadamente apoio ao sector privado (subvenções e empréstimos);
Holanda:	apoio ao plano nacional de ambiente através da ajuda orçamental e do reforço institucional (apoio à gestão das despesas públicas e ao PRSP); apoio à cooperação económica;
Suécia:	apoio ao Fundo Fiduciário;

Bilateralmente, **Portugal** concede a ajuda mais significativa em termos de montantes, no âmbito da estratégia definida pelo Programa Indicativo de Cooperação (PIC).⁸ O montante indicativo da cooperação entre os dois países para o ano de 2002 atingiu um total de 54 milhões de euros, nele se incluindo a Facilidade de Crédito concedida ao abrigo do Acordo de Cooperação Cambial⁹, que pode atingir anualmente o montante de 44,9 milhões de euros.

Portugal é igualmente o maior investidor e parceiro comercial. Relativamente ao investimento, entre 1993 e 2001 os investimentos portugueses corresponderam a cerca de metade do total investido no país por promotores estrangeiros, sendo de referir que cerca de 2/3 desse investimento corresponde à aquisição total ou parcial de empresas caboverdianas no âmbito do processo de privatizações. No que respeita ao comércio, Portugal é o destino de mais de 80% das exportações caboverdianas e representa mais de metade das importações, conforme se pode verificar pela análise do quadro apresentado:

⁸ Cooperação Portugal-Cabo Verde: Programa Indicativo de Cooperação 2002-2004
<http://www.icp.mne.gov.pt/PicCV02.pdf>

⁹ Ao abrigo do acordo de cooperação cambial com Portugal, a moeda caboverdiana passou a ter, desde 1998, paridade fixa com o escudo e seguidamente com o Euro, o que se veio a traduzir praticamente, em termos macro-económicos, na adopção dos critérios de convergência da UE por parte do Governo caboverdiano. O acordo permitiu superar as dificuldades geradas pela instabilidade cambial e inconvertibilidade da moeda, representando para Portugal um instrumento de aprofundamento das relações económicas e comerciais.

Investimento Directo de Portugal em Cabo Verde (por sectores de actividade, em milhões EUR)		
	2000	
	Invest	Desinvest
Actividades Financeiras	2,73	0,61
Act.Imobiliárias, alugueres e serviços às empresas	4,92	0,17
Alojamento e Restauração	0,42	
Comércio, reparação de veículos automóveis	0,09	0,01
Construção	1,67	0,03
Indústrias transformadoras	5,58	0,39
Produção e Dist de Electricidade, Gás e Água		
Saúde e Acção Social		
Transportes, armazenagem e comunicações	0,01	
Sector não ident. E particulares	0,73	
Outras activ -serviços colectivos,sociais e pessoais	0,01	
TOTAL	16,16	1,21
% do Investimento Total no Estrangeiro	0,2%	
% do Investimento Total nos PALOP	6%	

Comércio Portugal-Cabo Verde (milhões EUR)				
	Imp	% total	Exp	% total
		Imp.		Exp
1990	1,7	0,01	36,7	0,31
1995	5,5	0,02	89,5	0,59
2000	9,8	0,02	169,6	0,63
Peso do Total dos Palop no Comércio Português	0,29		2,44	
Peso no Comércio de Cabo Verde em 2000 (%)	Imp		Exp	
Portugal	52,4		80,1	
Espanha	2,5		3,5	
Holanda	13		0,3	
Outros	32,1		16,1	

Dívida Oficial de Cabo Verde a Portugal (milhões USD)		Total PALOP
1998	31	1260
1999	38	1257
2000	58	1213

Fonte: Banco de Portugal

Segundo a opinião manifestada pelas entidades oficiais, o futuro da cooperação bilateral Portugal-Cabo Verde passa, essencialmente, pela promoção do desenvolvimento sócio-económico, pela cooperação empresarial especialmente direccionada para a acção de pequenas e médias empresas, e pelo reforço das trocas e laços culturais, onde existe actualmente uma multiplicação e intensificação de iniciativas, sendo este vector fundamental para a afirmação da língua portuguesa.

4- A Inserção da Diáspora Caboverdiana no Espaço Europeu: Implicações nas Relações UE-Cabo Verde

Cabo Verde é, tradicionalmente um país de emigração. Com efeito, a população residente no país é actualmente estimada em cerca de 440 mil habitantes, sendo a população emigrada maior do que a que vive em Cabo Verde

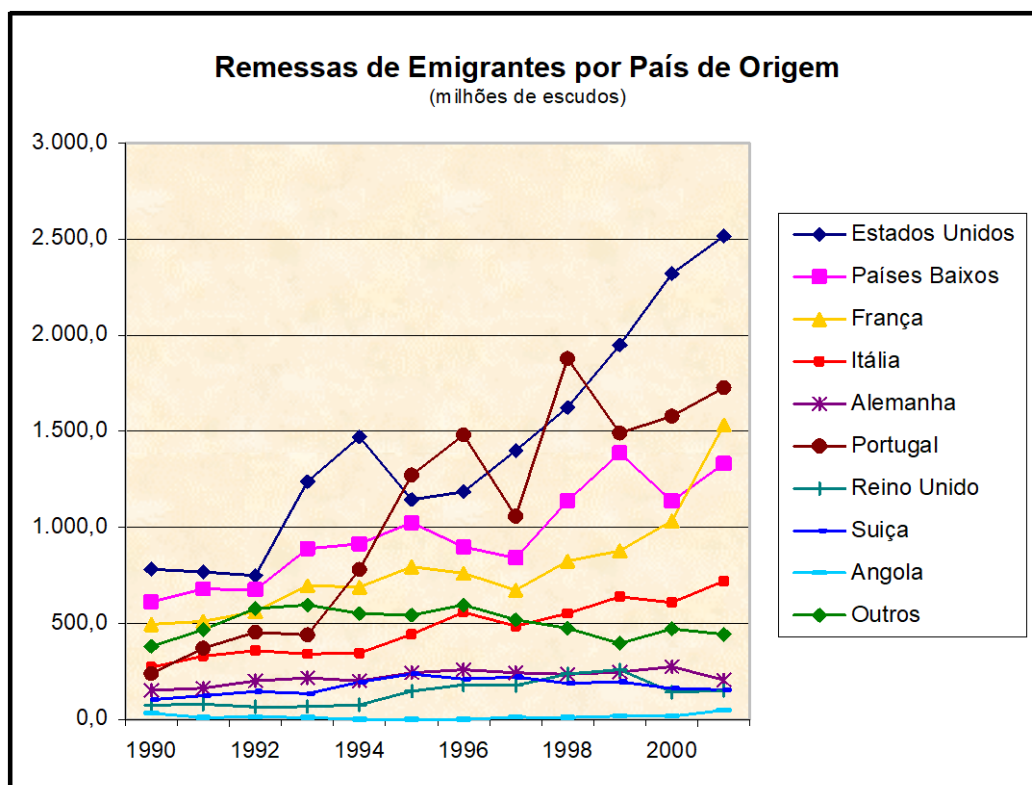
Durante as décadas de 50, 60 e 70, a emigração caboverdiana esteve voltada para os **países africanos**, nomeadamente S. Tomé e Príncipe e Angola, sendo contratados para prestarem serviços nos campos agrícolas. Antes desse período, a população caboverdiana emigrou para os **Estados Unidos da América**, essencialmente para trabalhar na pesca da baleia, sendo que, ainda hoje, os Estados Unidos é o país que tem a maior comunidade caboverdiana emigrada. Em 1990, os caboverdianos americanos estimavam o seu número em cerca de 350 000, dos quais mais de 60 000 tinham chegado desde 1966. A partir da década de 70, a emigração voltou-se igualmente para alguns **países europeus** - Portugal, Holanda, França, Itália, Espanha, etc – ocupando-se na sua maioria no sector da construção civil, indústria extractiva e transformadora e prestação de serviços domésticos.

Hoje, existem comunidades importantes de emigrantes caboverdianos em 18 países da Europa, Américas e África. Em África, as maiores comunidades situam-se em Angola e no Senegal.

Ao nível cultural, a dimensão e dispersão da diáspora contribuiu em muito para uma propagação da cultura caboverdiana nas suas mais variadas vertentes – música, pintura, cinema, etc – ao nível mundial.

Ao nível económico, o envio de recursos financeiros e de bens pelos emigrantes para as famílias que ficaram constitui, para além de uma forma de ligação entre os caboverdianos de ambos os lados do Atlântico, uma parte importante da economia caboverdiana. Embora os montantes das remessas de fundos flutuem com as

condições económicas, em média constituem 25 a 30% do Produto Nacional Bruto de Cabo Verde.



A diáspora caboverdiana tem sido objecto, tal como outras diásporas, de trabalhos de investigação no sentido de analisar quais as suas estratégias próprias e o papel que desempenham nos países de acolhimento.

No caso dos Estados Unidos, e por ser uma emigração mais antiga, verifica-se uma maior desvinculação do país de origem, até porque existem já várias gerações de “caboverdianos-americanos” descendentes desses emigrantes e que nunca visitaram Cabo Verde, não se revendo em várias das referências e laços culturais preconizados pelos seus pais ou avós. Existe ainda um fenómeno de “diáspora da diáspora”, isto é, os descendentes da diáspora caboverdiana que se deslocaram por exemplo do Senegal para França, sendo aqui a desvinculação ainda maior. Os principais elos de ligação da diáspora caboverdiana a Cabo Verde são essencialmente a existência de património e de família, o que nestes casos de 3ª e 4ª geração ou de “diáspora da diáspora” têm cada vez menor representatividade.

Isto é também reforçado pelo facto de muitos dos emigrantes acabarem por adoptar a nacionalidade do país em causa – p.ex 80% dos caboverdianos na Holanda possuem a nacionalidade holandesa (40% no caso de Portugal). Isto gera, porém, questões de “identidade” uma vez que estes emigrantes acabam por se sentir estrangeiros quer em Portugal quer em Cabo Verde, suscitando problemas de “dupla integração”.

As diásporas têm em si o potencial constituir uma ponte de desenvolvimento e de cooperação entre o país de origem e as sociedade de acolhimento, quer pela interacção e estabelecimento de parcerias a todos os níveis, quer pela influência que podem desempenhar ao nível económico, cultural e político. No entanto, é reconhecido o poder diminuto que a comunidade caboverdiana nos países europeus possui ao nível de influenciar a tomada de decisões.

Isto tem a ver com a natureza e caracterização dos próprios emigrantes, ou seja, com a quase inexistência de uma elite política caboverdiana no exterior e a predominância de emigrantes de classe sócio-profissional baixa ou média-baixa¹⁰. Muitas destas comunidades experimentam sérias dificuldades de integração social nos países onde residem, designadamente no campo do acesso à educação, à saúde, à habitação, ao emprego e à segurança social, não sendo raros os casos de situações habitacionais infra-humanas, exploração laboral e problemas de legalização.

Mais dramática ainda é a situação das novas gerações, onde a taxa de insucesso ou abandono escolar é mais elevada do que a média do país de acolhimento, bem como os actos de criminalidade ligados à frustração, instabilidade e marginalização. Os problemas de socialização da segunda e terceira gerações assenta num processo de desculturação em relação a cabo verde, cuja vontade política parece não pretender reverter, já que são raros os programas culturais orientados para filhos dos emigrantes, iniciativas de reflexão sobre esta matéria ou as acções de informação e sensibilização das comunidades no exterior por forma a manter a ligação à vida política e cultural do país. A definição de uma política nacional da emigração poderá ser um passo importante na definição de linhas orientadoras de actuação, de direitos e deveres do

Estado e das próprias comunidades relativamente aos problemas específicos desta área a à participação da emigração no desenvolvimento do país.

Para além disso, o surgimento na Europa de políticas mais restritivas relativamente à imigração, apesar de não se traduzir por ora no regresso de caboverdianos ao seu país de origem, suscita já preocupação junto das comunidades emigrantes e alerta igualmente para a necessidade de investir em incentivos à inserção social, na educação e formação profissional, os quais devem ser promovidos através de parcerias entre actores dos dois países.

Também a própria visibilidade das comunidades caboverdianas nestes países deveria ser impulsionada por Cabo Verde, uma vez que parece ter alguma influência em impulsionar a negociação de acordos com esses países. Continua, no entanto, a ser um processo apenas possível ao nível bilateral, havendo muito a fazer ao nível do reforço de posições no campo multilateral.

O esforço de elevar o nível de intervenção política neste campo pode ainda ser prejudicado pelo alargamento da UE ao leste europeu, quer pelo facto de nesses países os caboverdianos praticamente não terem representatividade, quer por perderem importância devido ao surgimento de comunidades maiores. É o caso de Portugal, onde os caboverdianos deixaram de ser a maior comunidade imigrante, sendo agora esse lugar ocupado pelos imigrantes provenientes da Ucrânia.

¹⁰ Em Portugal, 80% dos imigrantes caboverdianos possui apenas o 1º ciclo do ensino básico.

5- As iniciativas de integração ao nível continental e regional: A União Africana, a NEPAD e a CEDEAO

Segundo o programa do governo caboverdiano (200-2005), a integração regional é um imperativo estratégico e nessa perspectiva diz-se pretender reforçar a inserção de Cabo Verde na sub-região da África Ocidental e os laços com os países da CEDEAO (organização da qual é membro há 25 anos), contribuindo de forma activa e à altura das reais possibilidades para a busca de soluções de paz e para a afirmação da organização.

No entanto, verificamos a existência paralela de duas **dinâmicas contraditórias** ao nível regional: por um lado, os esforços de integração, nomeadamente com a criação de uma moeda única em 2004 e, por outro lado, dinâmicas de desintegração resultantes da persistência de factores de instabilidade política e conflitos importantes, de longa duração (como a Libéria, Serra Leoa, etc) ou crises recentes (Costa do Marfim) na região.

Isto confronta Cabo Verde com a necessidade de uma postura activa no sentido de maximizar os eventuais efeitos positivos do processo de integração regional (como o a inserção da economia num mercado mais vasto, o benefício de fundos europeus através do Programa Indicativo Regional para a África Ocidental que será gerido pela CEDEAO, etc), minimizando simultaneamente os efeitos negativos da dinâmica de conflitualidade. Neste aspecto, Cabo Verde tem naturalmente a tarefa facilitada, na medida em que a sua condição de arquipélago o distancia de muitos dos efeitos imediatos destes conflitos (como fluxos de refugiados, p.ex). Isto não significa, porém, que a política externa caboverdiana não se empenhe em ter um papel activo, juntamente com outros parceiros da região, na procura de resolução pacífica desses conflitos.

O mesmo se passa em termos económicos, já que o facto de a grande maioria dos fluxos de comércio e de investimento favorecerem ligações com a Europa e não com

os países da sub-região não exclui a necessidade de a política externa nacional desenvolver um esforço acrescido de inserção nessa região, por forma a beneficiar de algumas vantagens proporcionadas pela integração regional.

Não existe ainda, porém, uma política ou estratégia definida ao nível nacional, que estabeleça as prioridades de actuação e linhas de intervenção no sentido da integração sub-regional. Ao nível comercial, por exemplo, a celebração de um APE ao nível regional ou a manutenção do estatuto de PMA suscita dúvidas e remete para algumas opções políticas de fundo que terão de ser feitas a breve prazo. Estas terão de ser tomadas com base em reflexões, estudos e análise técnica das vantagens e desvantagens de cada opção.

Relativamente à contribuição da União Europeia, Cabo Verde tem a possibilidade de beneficiar de fundos provenientes do Programa Indicativo Regional para a África Ocidental e do Programa Regional de Cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PIR PALOP). Este último encontra-se actualmente na execução do segundo protocolo financeiro, no valor total de 30 milhões de Euros, constituindo o único caso de grupo regional descontínuo em termos geográficos. Os domínios de concentração situam-se nas áreas das instituições e administração, emprego e formação e sector cultural.

Ao nível continental, Cabo Verde tem todo o interesse em acompanhar a evolução das iniciativas em curso, nomeadamente o processo de construção e reforço da União Africana¹¹ e a implementação da Nova Iniciativa para o Desenvolvimento de África (NEPAD).¹² Neste âmbito, Cabo Verde deverá reforçar a sua participação activa e regular na UA, nomeadamente na discussão, formulação e defesa das posições africanas relativamente às principais questões que afectam o continente.

¹¹ www.africa-union.org/

¹² www.nepad.com

ANEXOS

SEMINÁRIO

As Relações Externas de Cabo Verde: O Caso da União Europeia

Palácio da Assembleia Nacional
Cidade da Praia, 13 e 14 de Dezembro de 2002

PROGRAMA

Sexta-Feira, 13 de Dezembro

09:00 **SESSÃO DE ABERTURA**

Sua Exa. O Senhor Primeiro Ministro de Cabo Verde
Presidente da Câmara Municipal da Praia
Representantes das Instituições Organizadoras

09:45 **O Debate Sobre a Política Externa, a Reforma e o Alargamento da União Europeia: Que Impacto sobre Cabo Verde?**

Moderador:: *Corsino Fortes*, Jurista e Diplomata, Cabo Verde
Álvaro de Vasconcelos, Director, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa
James Mackie, Coordenador de Programa, ECDPM, Maastricht
António Péricles Lopes, Mestre em relações Internacionais, Cabo Verde

11:15 Café

11:30 **A Formação dos Acordos de Parceria Económica (APE) no quadro de Cotonou: O Caso de Cabo Verde**

Moderador: *Óscar Santos*, Presidente, Associação de Economistas, Cabo Verde
António Rodrigues, Desk Officer, Comissão Europeia, Bruxelas
Geert Laporte, Coordenador de Programa, ECDPM, Maastricht
Eugénio Inocêncio, Economista e antigo Embaixador de Cabo-Verde em Portugal

13:00 Almoço

14:30 **A Inserção da Diáspora Caboverdiana no Espaço Europeu: Implicações nas Relações UE-Cabo Verde**

Moderador: *Cláudio Furtado*, Professor e Sociólogo, Cabo Verde

Arnaldo Andrade, Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, Cabo Verde
José Leitão, antigo Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa

~~15:45~~ Café

~~16:00~~ **A Importância das Relações Bilaterais com Países da União Europeia: Portugal e França**

Moderador: *Fernando Jorge Cardoso*, Director Adjunto, IEEI, Lisboa
Francisco Ribeiro Telles, Embaixador de Portugal em Cabo Verde
Jacques Bugnet, Embaixador da França em Cabo Verde

Sábado, 14 de Dezembro

~~09:30~~ **A União Africana, o NEPAD e o Conselho de Segurança**

Moderador: *Manuel Faustino*, Presidente, AZM, Cabo Verde

Patrick Chabal, King's College, Londres
Fernando Jorge Cardoso, Director Adjunto, IEEI, Lisboa
Helena Semedo, Antiga Ministra da Agricultura e Coordenadora do CILSS, Cabo Verde

~~11:00~~ Café

~~11:15~~ **Cabo Verde, a CEDEAO e o Contexto Regional**

Moderador: *Patrícia Magalhães Ferreira*, IEEI, Lisboa
David Gakunzi, Unidade do Diálogo Político, Centro Norte-Sul do Conselho da Europa, Lisboa
José A. Duarte, Diplomata e antigo Ministro do Turismo, Comércio e Indústria, Cabo Verde

~~12:45~~ **CONCLUSÕES E ENCERRAMENTO**

Aristides Lima, Presidente, Assembleia Nacional, Cabo Verde
Representantes das Instituições Organizadoras

Línguas de Trabalho: Português e Francês

SEMINÁRIO

As Relações Externas de Cabo Verde: O Caso da União Europeia

Palácio da Assembleia Nacional
Cidade da Praia, 13 e 14 de Dezembro de 2002

INTERVENÇÕES DISPONÍVEIS:

**Intervenção do Presidente da Associação para a Solidariedade e Desenvolvimento
Zé Moniz, Dr, Manuel Faustino, na Sessão de Abertura do Seminário**

Les relations extérieures de l'UE: Les implications pour les ACP at l'Afrique
James Mackie, ECDPM

As Relações de Cooperação CE-Cabo Verde (Texto e powerpoint)
António Rodrigues, Administrador Principal da Comissão Europeia

Le Partenariat ACP-UE: La Dimension Commerciale
Geert Laporte, ECDPM

**O Desenvolvimento de Cabo Verde: novos desafios, novas políticas, uma nova
cooperação**
Eugénio Inocêncio, Economista e antigo Embaixador de Cabo Verde em Portugal

**A Inserção da Diáspora Caboverdiana no Espaço Europeu: Implicações nas
Relações UE-Cabo Verde**
Arnaldo Andrade, Ministro da Presidência do Conselho de Ministros de Cabo Verde

**A Diáspora Caboverdiana no Espaço Europeu e o seu papel na criação de laços
culturais, económicos e políticos**
José Leitão, antigo Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas

Portugal-Cabo Verde: Uma Relação Exemplar
Francisco Ribeiro Telles, Embaixador de Portugal em Cabo Verde

**As Relações Externas de Cabo Verde na Região da África Ocidental e os quadros
Regionais de Cooperação da União Europeia**
José Armando Duarte, Diplomata e antigo Ministro do Turismo, Comércio e Indústria
de Cabo Verde

**A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África: Origens, Modalidades e
Finalidade**
Patrick Chabal, King's College London

**Discurso de Encerramento proferido pelo Presidente da Assembleia Nacional de
Cabo Verde, Dr. Aristides Lima**

LINKS ÚTEIS:

Delegação da Comissão Europeia em Cabo Verde

http://www.delcpv.cec.eu.int/pt/eu_e_cv/

COMISSÃO EUROPEIA (2001): *Documento de Estratégia de Cooperação, Período 2002-2007*. DEV/202/2001, Bruxelas, 46 pp.

http://www.delcpv.cec.eu.int/pt/eu_e_cv/documentos/dsc_pt.doc

COMISSÃO EUROPEIA (2001): *Rapport Annuel Conjoint 2000*. República de Cabo Verde, Ministério das Finanças e do Plano, Delegação da Comissão Europeia em Cabo Verde.

http://www.delcpv.cec.eu.int/fr/ue_et_cv/documents/rapport_2000.doc

PNUD (2001): *Cabo Verde: Governação Local na Perspectiva de Redução da Pobreza*. Relatório Nacional para o V Fórum sobre a Governação em África. Comissão Económica para África, Nações Unidas, Maputo, 23-25 Maio 2002, 37.pp.

<http://www.cv.undp.org/Publications/FinalReportAGFVCapVert.Port.pdf>

Cooperação Portugal-Cabo Verde: Programa Indicativo de Cooperação 2002-2004

<http://www.icp.mne.gov.pt/PicCV02.pdf>

Acordo de Cotonou

http://www.europa.eu.int/comm/development/cotonou/agreement_pt.htm

Infokit de Cotonou – um guia para a compreensão do Acordo (versão portuguesa)

<http://www.ecdpm.org/po/cotonou/index.htm>

A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD)

[http://www.africaleadership.org/nepad\(port\).pdf](http://www.africaleadership.org/nepad(port).pdf)

REPÚBLICA DE CABO VERDE (2000): Programa do Governo.

<http://www.governo.cv/wwwindex.html>

Assembleia Nacional de Cabo Verde

<http://www.parlamento.cv>

Agência noticiosa de Cabo Verde

<http://www.inforpress.cv>

BANCO DE CABO VERDE: Estatísticas.

<http://www.bcv.cv/estatisticas/estatisticas.htm>